

Os dados do RUF 2025 revelam uma tímida presença de docentes estrangeiros nas universidades brasileiras. Entre mais de 195 mil professores em exercício nas 204 instituições avaliadas, apenas 2%, menos que 4.000 ao todo, são de outras nacionalidades.

O RUF voltou a incluir o número de professores estrangeiros entre os indicadores de internacionalização, ao lado da métrica de coautorias internacionais por publicação científica.

Esse indicador, que havia sido adotado na segunda edição do ranking (2013), retorna para ampliar a análise sobre a capacidade das universidades de atrair talentos internacionais e reduzir a ênfase exclusiva na pesquisa científica.

Embora a Constituição permita a contratação de docentes estrangeiros, a presença deles nas universidades brasileiras continua baixa, e a maioria está em instituições públicas, que respondem por 88% do total de docentes estrangeiros no país.

O Brasil vem tentando corrigir essa lacuna por meio de diferentes iniciativas, entre elas chamadas públicas de agências de fomento, como Capes, CNPq e Fapesp, sobretudo na modalidade de pesquisadores visitantes.

Do ponto de vista das políticas científicas, a presença de docentes de outros países é considerada essencial para criar ambientes de ensino e pesquisa mais diversos e de excelência.

Apesar do esforço das universidades, a internacionalização avança lentamente. O sistema de ensino superior brasileiro persiste enfrentando barreiras importantes para atrair e reter professores internacionais.

Para a professora Elizabeth Balbachevsky, do Departamento de Ciência Política da USP, a baixa presença de estrangeiros reflete um sistema de pós-graduação fechado, sustentado por critérios de seleção pouco acessíveis a candidatos de fora. Ela aponta o reconhecimento de diplomas internacionais como um dos maiores entraves.

“O processo é lento, imprevisível e desatualizado, mesmo para títulos de universidades renomadas. Somadas às exigências de presença física, domínio do português e entrevistas presenciais, essas barreiras tornam o ingresso de estrangeiros um grande desafio”, afirma.

Ranking

No RUF 2025, a Unila (Universidade Federal da Integração Latino-Americana) lidera o indicador de presença de professores estrangeiros. Entre 415 docentes, 60 são de outros países (14,5%).

Além dela, apenas a Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro) e a UFABC (Universidade Federal

Sistema de ensino enfrenta barreiras importantes para atrair e reter professores internacionais



PROFESSORES ESTRANGEIROS SÃO **minoria** EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Entre mais de 195 mil professores em exercício nas 204 instituições avaliadas, apenas 2% são de outras nacionalidades



Interior do campus da Cidade Universitária da USP, no Butantã

do ABC) superam 10% de docentes vindos do exterior.

Segundo a reitora da Unila, Diana Araujo Pereira, esse perfil está diretamente ligado à missão institucional da universidade, criada em 2010 para reunir docentes de diferentes países e fortalecer um ambiente acadêmico latino-americano e caribenho.

“A Unila deveria alcançar um número ainda maior de docentes estrangeiros, preferencialmente da América Latina e do Caribe; no entanto, é muito difícil aumentar o quantitativo atual, pois, embora tenhamos uma clara missão de integração, os concursos docentes se veem restritos à legislação nacional de qualquer outra autarquia federal, principalmente a partir de 2018”, diz Diana Pereira.

As universidades mais bem colocadas no RUF nem sempre se destacam pela abertura internacional. Entre as dez primeiras na classificação geral, apenas três, USP (Universidade de São Paulo), Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e UnB (Universidade de Brasília), têm mais de 4% de professores estrangeiros.

A presença de professores estrangeiros também costuma estar associada a uma maior competitividade global.

Rankings internacionais, como o Times Higher Education (THE) e o Quacquarelli Symonds (QS), incluem a presença de professores estrangeiros na avaliação da internacionalização, embora existam críticas a um possível favorecimento de países de língua inglesa na avaliação, já que estes são naturalmente mais atrativos para talentos internacionais.

Por Estêvão Gamba
(Folhapress)